



Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

ANEXO I: MODELO DE PROJETO EXTENSIONISTA



CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS Prática Extensionista

PROJETO/AÇÃO (2º semestre/2024)

1. Identificação do Objeto

Atividade Extensionista:

PROGRAMA () PROJETO (X) CURSO () OFICINA ()
EVENTO () PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS () AÇÃO DE EXTENSÃO SOCIAL ()

Área Temática: Direito

Linha de Extensão: Direito Financeiro

Local de implementação (Instituição parceira/conveniada): Centro Educacional São Francisco (Escola Chicão). Endereço: Quadra 17, Lote 100 - São Francisco, Brasília - DF, 71693-317. Telefone: (61) 3901-8030.

Título: Política Pública de Transferência de Renda: O Bolsa Família como estratégia de proteção social e seus impactos orçamentários.

2. Identificação dos Autor(es) e Articulador(es)

Curso: Graduação em Direito

Coordenador de Curso: Adalberto Nogueira Aleixo

Articulador(es)/Orientador(es): Luiza Cristina de Castro Faria

Aluno(a)/Equipe:

Nome	Matrícula	e-mail	Contato
Ana Beatriz Carvalho Silva de Almeida	2310010000104	anabca@gmail.com	(61) 981740103
Anny Caroline Cunha Araújo de Carvalho	2320010000052	carolinecunha.1507@gmail.com	(61) 99550-0084
Daniela de Jesus Antunes	2320010000033	danidejesus0219@hotmail.com	(61) 99193 2799
Gleicianni da Silva Góis	2320010000145	gleiciannigois@gmail.com	(61) 984731966

Izabela Braga da Silva Melo	2210010000201	izabelabraga5@gmail.com	61 99510-4758
Paulo Henrique Schettine Matias Junior	2320010000048	juniorschettine@hotmail.com	(61) 985593366
Marcelo Cesar de Azevedo	2410010000126	mczevedo@hotmail.com	(28) 999423859
Rebeca Alves da Silva	2220010000129	rebecaalves069@gmail.com	(61) 982992424

3. Desenvolvimento

Fundamentação Teórica

1) Do Direito Financeiro

O Direito Financeiro é o ramo do direito que regula a arrecadação e a gestão dos recursos financeiros públicos (COURI, 2010). Ele envolve questões relacionadas à legislação tributária, orçamento público, e o controle dos gastos públicos.

Dentre as bases normativas que disciplinam o tema, tem-se:

- a) Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000): que estabelece normas para a gestão fiscal responsável, incluindo limites para gastos públicos e a necessidade de planejamento e transparência; e
- b) Lei Orçamentária Anual (LOA): que define as diretrizes e os limites de gastos públicos para um ano fiscal.

2) Do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é um programa de “transferência direta e condicionada de renda”, desenvolvido no âmbito das políticas públicas do governo federal, que visa alcançar famílias em situação de extrema pobreza, contribuindo para a inclusão social (SILVA, 2007).

O fundamento jurídico do Programa tem arrimo nos seguintes atos normativos:

- a) Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023: que Instituiu o Programa Bolsa Família no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDAS); e
- b) Decreto nº 12.064, de 17 de junho de 2024: que regulamenta a execução do Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família, além de proporcionar renda a famílias em situação de pobreza, visa integrar políticas públicas, facilitando o acesso a direitos essenciais como saúde, educação e assistência social.

Para ter acesso ao Programa, a principal condição é que a renda mensal por pessoa na família não ultrapasse R\$ 218. Por exemplo, se apenas um membro da família recebe um salário mínimo (R\$ 1.412) e há sete pessoas no total, a renda per capita é de R\$ 201,71. Como esse valor está abaixo do limite de R\$ 218 por pessoa, essa família tem direito ao benefício (BRASIL, 2024).

Para receber o benefício, por sua vez, é necessário estar inscrito no Cadastro Único, com as

Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

informações corretas e atualizadas. Esse cadastro pode ser realizado em postos de atendimento da assistência social nos municípios, como os CRAS, e é necessário apresentar o CPF ou o título de eleitor. Vale ressaltar que, mesmo estando no Cadastro Único, a família não é automaticamente incluída no Bolsa Família. Mensalmente, o programa realiza uma identificação automatizada das famílias que serão selecionadas para começar a receber o benefício (BRASIL, 2024).

Apresentação

Ao longo dos anos, observa-se um crescente aumento da desigualdade social e o conseqüente crescimento da pobreza extrema. Nesse contexto, os governos vêm buscando desenvolver políticas públicas, visando minimizar essas desigualdades e promover a inclusão social de classes menos favorecidas. Nessa esteira, surge o Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família é um programa de política pública brasileira destinado a garantir um mínimo de segurança econômica para famílias em situação de vulnerabilidade social. Seu funcionamento e impacto são áreas de interesse para o direito financeiro, que se ocupa da gestão e controle dos recursos públicos, e para os programas governamentais de desenvolvimento e assistência social, no apoio às famílias e no combate à fome (SILVA, 2007).

Pretende-se, que a realização da atividade extensionista embasada neste projeto, seja desenvolvida em duas etapas distintas: 1) A primeira, voltada para a exposição em sala de aula, em que se pretende apresentar, em linhas gerais, a situação da fome e da desigualdade social no Brasil, trazendo um breve histórico e características básicas do referido programa; demonstrando sua importância como ferramenta de política pública e seus efeitos no combate à fome e à desigualdade social; e, sob o prisma do direito financeiro, apresentar seus impactos orçamentários nas contas públicas; 2) Numa segunda etapa, pretende-se o desenvolvimento de uma “cartilha” explicativa, a ser apresentada e entregue na comunidade especificada no item 1. Nesse material, pretende-se expor detalhes acerca do Programa Bolsa Família, enfatizando premissas do programa, objetivos e critérios de acesso.

Justificativa

Como já pontuado, a desigualdade social no Brasil é crescente e, em razão dela, a pobreza se torna cada vez mais extrema. O Programa Bolsa Família representa uma das principais iniciativas de transferência de renda no Brasil e tem como objetivo combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro, garantindo acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover, ainda, a inclusão social e contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo, assim, meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (DINIZ, 2016).

É, como comprovam os estudos realizados, o principal Programa de Transferência de Renda do governo federal. Esse programa tem, como elemento estruturante, as condições de acessibilidade ao programa, que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar para que possa receber o benefício mensal. Segundo Diniz (2016, p. 51), seus idealizadores vêm nessas condicionalidades um

Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

mecanismo de avaliar a “contrapartidas com vistas a certificar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas” e representam o exercício de direitos para que as famílias possam alcançar autonomia e conseqüente inclusão social sustentável.

Posto isso, fica evidente a relevância do referido programa e a necessidade de se desenvolver o presente estudo, a) com o fim de avaliar a eficácia do programa no atendimento da política pública que se propõe e b) em difundir o programa nas comunidades, verificando em que medida essa política dialoga com as necessidades sociais da comunidade.

Objetivos

Gerais

- 1) Analisar o Programa Bolsa Família à luz do direito financeiro, examinando sua fundamentação legal e teórica e avaliando sua eficácia e impacto na gestão de recursos públicos e no alcance de seus objetivos sociais;
- 2) Difundir o conhecimento acerca do Programa na comunidade-alvo.

Específicos

- 1) Estudar a fundamentação legal do Programa Bolsa Família, à luz do Direito Financeiro;
- 2) Examinar a alocação e a gestão dos recursos financeiros destinados ao Programa;
- 3) Avaliar a eficácia do Programa na redução da pobreza e desigualdade social;
- 4) Debater as implicações do Programa para a justiça social em confronto com a despesas públicas;
- 5) Desenvolver cartilha explicativa, para exposição e distribuição na comunidade-alvo.

Resultados Esperados

Espera-se com o presente trabalho o alcance de dois seguintes resultados:

- 1) Adquirir compreensão detalhada do Programa Bolsa Família como estratégia de proteção social;
- 2) Desenvolver uma análise crítica da alocação e gestão dos recursos orçamentários do Programa;
- 3) Despertar entre os colegas de classe, acadêmicos de Direito, o desejo em aprofundar os estudos nesse programa, buscando conhecer minuciosamente os detalhes do programa, seus impactos no orçamento público e sua eficiência como ferramenta de política pública;
- 4) Avaliar o impacto do Programa na redução da pobreza e promoção da equidade social;
- 5) Difundir o conhecimento na comunidade-alvo, com objetivo de: a) ampliar o alcance social do programa; b) conscientizar da necessidade de se manter aderente aos requisitos do programa; e c) num sentido teleológico, a médio ou longo prazo, ver alcançada a redução da desigualdade social e a inclusão social das famílias de baixa renda.

Metodologia

Pretende-se desenvolver o presente trabalho de extensão por meio da seguinte metodologia:

- 1) Pesquisa documental - pretende-se aprofundar na pesquisa por meio da ferramenta da internet, explorando sites do governo; artigos científicos sobre o tema, hospedados nas principais plataformas, por meio do Google Acadêmico, filtrando artigos de relevância e analisando a contextualidade com o tema. Também pretende-se analisar detalhadamente os atos normativos que disciplinam o Programa Bolsa Família, quais sejam: a Lei nº 14.601/2023 e o Decreto nº 12.064/2024.
- 2) Análise quantitativa e qualitativa de dados governamentais – pretende-se realizar estudo dos dados orçamentários e financeiros relacionados ao Programa Bolsa Família, publicados pelo Governo Federal, no Portal da Transparência (endereço: eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios>), incluindo a alocação de recursos, custos, impactos na redução da pobreza e desigualdade;
- 3) Exposição em classe – após a construção de um conhecimento teórico escrito e fundamentado, pretende-se a elaboração de material expositivo, a ser apresentado em classe, tratando o Programa, em especial pelo viés do Direito Financeiro;
- 4) Exposição pública – pretende-se, como objetivo final do trabalho de extensão, realizar a exposição pública na comunidade-alvo, esclarecendo dúvidas e entregando cartilha explicativa previamente elaborada.

Cronograma de Execução

Data de início: 05/09/2024

Data de término: 25/11/2024

Evento	Período	Observação
Levantamento e análise de documentos legais e teóricos sobre o tema	De 05/09/2024 a 18/09/2024	
Estudo, compilação e construção do projeto	De 05/09/2024 a 18/09/2024	
Busca e análise de dados financeiros e orçamentários sobre o Programa	De 05/09/2024 a 18/09/2024	
Apresentação do Projeto para correção	19/09/2024	
Entrega do projeto corrigido	10/10/2024	
Desenvolvimento da cartilha	10/10/2024	

Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Apresentação da Cartilha para avaliação	17/10/2024	
Preparação do material para exposição em classe	24/10/2024	
Exposição do trabalho em sala de aula	31/10/2024	
Exposição do tema na comunidade-alvo	26/10/2024	
Elaboração do Relatório Final.	07/11/2024	

Considerações finais

Por fim, com o desenvolvimento do presente projeto, pretende-se levar, à comunidade especificada no item 1, uma visão amplificada acerca do Programa Bolsa Família, apresentando elementos que permitem: a) avaliar a importância do programa como ferramenta de política pública de proteção social; e b) examinar e compreender suas implicações orçamentárias, sem, contudo, exigir do público-alvo, conhecimento profundo em finanças e orçamento públicos.

Dessa forma, acredita-se que a difusão do conhecimento poderá contribuir para a melhoria de desempenho do programa, seja pelo viés da divulgação e profusão do conhecimento, seja pelo viés da adesão.



Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Referências Bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. **Portal da Transparência do Governo Federal**. Benefícios ao Cidadão. Disponível em: <<https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios>>Acessado em: 07 de set. 2024.

_____. Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

_____. Decreto nº 12.064, de 17 de junho de 2024. Programa Bolsa Família e dá outras providências.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

COURI, Joseane Rotatori. Análise do orçamento do Programa Bolsa Família (2004 a 2009). 2010.

DINIZ, Luciano Matias. Avaliação de desempenho no setor público: uma análise de alocação orçamentário programa bolsa família e o desenvolvimento municipal. Curitiba: UFPR, 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, p. 1429-1439, 2007.